

Ibitinga: planta e borda

A cidade de Ibitinga é conhecida nacionalmente por seus bordados, atividade que impulsiona o turismo e o comércio local. Mas o maior setor da Capital Nacional do Bordado é a agropecuária, responsável por 41% do PIB do município. De acordo com o IBGE, ela é a 46ª cidade com maior valor adicionado na agropecuária. Uma vocação histórica que começou quando famílias mineiras, fugindo da Revolução Liberal, no final do século XIX, se instalaram no nordeste do Estado de São Paulo.

Mas quando se fala em Ibitinga, o que vem à cabeça é o bordado, que também é agronegócio. Excluindo os fios e tecidos sintéticos, a maior parte dos outros tem sua origem nas plantações de algodão. Esta história começou por volta de 1930, quando três mulheres começaram a ensinar para moças ibitinguenses a arte de bordar com “máquinas de costura adaptadas”, uma forma de a mulher ajudar a complementar a renda da família. A evolução foi rápida. Com a chegada das máquinas elétricas, uma tradicional marca projetou uma especialmente para atender ao mercado de Ibitinga. Mas o segredo do sucesso, segundo os moradores, está na mão-de-obra, com acabamentos e processos artesanais. Trinta mil turistas visitam a cidade todos os meses em busca dos bordados e confecções das 900 lojas locais, sem contar os cerca de 600 artesãos que comercializam seus produtos na feirinha da praça, aos sábados.

Em Ibitinga o Rio Tietê conserva suas águas despoluídas e abriga a Usina Hidrelétrica que leva o nome da cidade. Na barragem foi construída uma eclusa que integra a Hidrovia Tietê-Paraná. À margem direita do rio está o Reservatório de Ibitinga, que somado às várzeas dos rios Jacaré-Pepira e Jaca-



Foto: Prefeitura Municipal

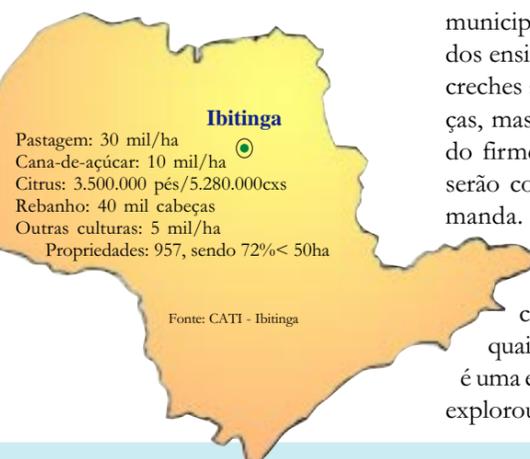
ré-Guaçu, formam o “Pantaninho”, que tem um ecossistema com características semelhantes às do Pantanal Moto-grossense, tanto em flora quanto em fauna. Esta área tem atributos de APA, Área de Proteção Ambiental, desde 1987.

Com pouco mais de 50 mil habitantes, Ibitinga é uma cidade privilegiada. O desemprego praticamente não existe. A oferta de vagas é sempre renovada. A cidade recebeu o “Prêmio Sebrae Empreendedor – 2004”, pelo fortalecimento das micro e pequenas empresas, impulsionando o desenvolvimento. Na área da habitação preocupam as sub-moradias: 90 barracos

que, em breve, deverão desaparecer com a entrega de um novo conjunto habitacional construído no sistema de mutirão.

Ibitinga tem 90% da água coletada subterraneamente. 100% do esgoto recebe tratamento. O aterro sanitário deve ganhar em breve o reforço de uma usina de reciclagem e compostagem. Uma cooperativa de catadores de materiais está sendo criada e há projetos de uma campanha de esclarecimento à população.

Na área da saúde a prevenção é prioridade. A mortalidade infantil é uma das menores do país, resultado de um investimento de longo prazo. Na área de educação há 16 escolas municipais que atendem aos alunos dos ensinos fundamental e médio. As creches acolhem cerca de 4 mil crianças, mas com as mulheres trabalhando firme com o bordado, mais duas serão construídas para atender à demanda. O ensino superior também está presente na cidade, em duas faculdades, que oferecem vários cursos, entre os quais o de turismo, afinal Ibitinga é uma estância turística que ainda não explorou todo o seu potencial.



Agronegócio é uma publicação oficial, mensal, da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto - ABAG/RP, Av. Presidente Vargas, 2.001, sala 87, CEP 14020-260, Ribeirão Preto-SP. Fones: (16) 623-2326 e 620-9303. Site: www.abagr.org.br. E-mail: abag_rp@netsite.com.br. Diretora-executiva: Mônica Bergamaschi. Jornalista responsável: Valéria Ribeiro, MTb 15.626. Editoração: Fernando Braga. Impressão e fotolito: Gráfica São Francisco. Tiragem: 2.800 exemplares



Intelectuais discutem o agronegócio brasileiro



Ribeirão Preto, a Capital Brasileira do Agronegócio, sediou na última semana do mês de julho o 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. A SOBER, como é conhecida, foi criada em 1959 e hoje conta com mais de 600 sócios ativos. Em seus concorridos congressos reúne ano a ano sempre um número bem maior de pessoas: professores, pesquisadores, alunos de pós-graduação e agentes econômicos com interesse no desenvolvimento social e econômico do Brasil rural. Pelos corredores transitam anônimos e nomes consagrados do agronegócio brasileiro. O Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, que participou da abertura do Congresso disse que há 20 anos, sempre nas férias de julho, este é um compromisso “sagrado”, como também para Ivan Wedekin, secretário de Política Agrícola do MAPA, Eliseu Alves, da Embrapa, José Graziano, da Unicamp, Marcos Jank, do Ícone, Décio Zylberstajn, da FEA – USP, entre tantos outros.

Zylberstajn ministrou aula magna na abertura do Congresso: “O papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados”. Um assunto relevante em um país onde os contratos muitas vezes são relegados ao segundo plano e podem desencadear em problemas como os que aconteceram no embargo da soja brasileira exportada para a China.

Nos seus 45 anos, a SOBER influenciou a criação de diversos cursos de pós-graduação em todo Brasil. Foi uma das idealizadoras da Embrapa, com participação efetiva no desenho do modelo operacional da instituição. Seus economistas, já na década de 60, enfatizavam a importância da pesquisa no desenvolvimento do agronegócio



Mesa de abertura do 43º Congresso da Sober

brasileiro. Temas como emprego, distribuição de renda, política agrícola, meio ambiente e sustentabilidade são recorrentemente discutidos. Os anais dos 43 Congressos realizados até hoje se tornaram referência em economia e sociologia rural no Brasil. O Secretário Ivan Wedekin, que participou do painel sobre conjuntura econômica, disse que é um colecionador dos anais do Congresso e que muitos estudos o ajudaram em sua vida profissional. Décio Zylberstajn, que participa do Congresso desde os anos 70, enfatizou a importância da SOBER enquanto entidade no rito de passagem da “agricultura para o agronegócio”. As pesquisas, segundo ele, saltaram o muro da economia agrícola e se tornaram interdisciplinares. O público é diferente, há mais mulheres, mais jovens e menor domínio dos agrônomos.

Em 2005 foram inscritos 755 trabalhos de todo o Brasil, dos quais 555 foram selecionados. Os temas centrais foram administração e gestão rural, face à profissionalização que o segmento agrícola brasileiro alcançou. O desenvolvimento territorial, com destaque para a influência da geografia no agronegócio brasileiro, também foi muito enfatizado, assim como o avanço da biotecnologia, a reforma agrária, o mercado de trabalho, a compe-

titividade e a sustentabilidade, o biodiesel, entre centenas de outros temas.

Eliseu de Andrade Alves, engenheiro-agrônomo, PhD em Economia Agrícola e um dos fundadores da Sociedade, junto com o recém-eleito presidente, Elísio Contini, e Geraldo Santana de Barros, do IPEA, em entrevista para este informativo elencaram as prioridades do agronegócio brasileiro: separar o emocional das discussões sobre meio-ambiente e repensar as leis que dificultam o desenvolvimento da agricultura; evidenciar a diminuição da capacidade de empregar no setor rural, devido às leis trabalhistas; investir em tecnologia para que o acesso à produtividade e à eficiência se democratize; pensar no que fazer com o excesso de produção no mundo em relação a falta de poder aquisitivo da população e à inevitável queda nos preços; e realizar um censo agropecuário em intervalos de tempo menores, para se tenha uma visão mais real do agronegócio brasileiro. Problemas complexos, que não se resolvem com o encerramento do Congresso. Os pesquisadores continuam trabalhando para fazer do agronegócio brasileiro um setor pujante, competitivo mundialmente e, ao mesmo tempo, social, econômico e ambientalmente sustentável.

O embate entre a Reserva Legal e o Bom Senso

Desde que iniciou suas atividades, em fevereiro de 2001, a atenção com o meio-ambiente tem sido uma das principais bandeiras da Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto. Ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, foram várias as participações em audiências públicas, reuniões e seminários, época em que estava sendo elaborado pelo Deputado Moacir Micheletto o Projeto de Lei de Conversão da MP 2166, que acrescia e alterava dispositivos à Lei 4771/65 (Código Florestal).

O Código Florestal instituiu a figura jurídica da Reserva Legal: uma porcentagem da área da propriedade onde são proibidos o corte raso da vegetação natural e a exploração econômica. A obrigatoriedade da averbação da Reserva Legal, na matrícula do imóvel, advém da Lei 7803/89, ineficaz por si só, tendo em vista não ter sido regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 90 dias a partir de sua publicação, conforme previsto no seu artigo 2º.

O relatório do Deputado Micheletto foi votado em Comissão Mista, em agosto de 2001, mês da última reedição da MP 2166, a de número 67, pois após esta data foram proibidas as reedições automáticas

das Medidas Provisórias. O relatório, apesar de aprovado, não foi levado a plenário, por pressão da liderança da bancada do Governo. Naquela época, já tramitava uma Ação de Inconstitucionalidade (ADIN), aberta pela CNA, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária.

Ao final de 2001 o assunto foi deixado na prateleira, e lá permaneceu, até que em 2004 o Ministério Público ameaçou vincular a concessão de licenças ambientais para quaisquer obras à averbação da Reserva Legal. A medida é ilegal, por inovar a Lei, que não faz nenhuma referência a esta infundada vinculação. Ao

Constituição Federal

Capítulo V, "Do Meio Ambiente"

Artigo 225: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Parágrafo 1º - Para assegurar a efetividade deste direito, incumbe ao Poder Público: I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; (...) e VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para preservação do meio ambiente".



Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, após a apresentação do Sistema de Gestão Territorial da ABAG/RP, com Carlo Lovatelli, presidente da ABAG Nacional, Mônica Bergamaschi, diretora executiva da ABAG/RP e o pesquisador Evaristo Miranda, da Embrapa Monitoramento por Satélite

longo de todo esse período a ABAG/RP pesquisou leis, pareceres e sentenças judiciais a respeito do tema, e se convenceu de que o setor precisava estar mais bem preparado para quando o assunto voltasse à tona, uma vez que todas as argumentações que fundamentaram o Código Florestal, as sucessivas Medidas Provisórias, Portarias e Decretos do Executivo eram, em sua maioria, ideológicas, sem nenhuma base técnico-científica que desse suporte aos critérios definidos.

Para elevar o nível das discussões é que a ABAG/RP começou a procurar um método, ou um sistema que considerasse aspectos efetivos de preservação ambiental, sem perder de vista a viabilidade econômica dos empreendimentos, os direitos legais, a competitividade das cadeias produtivas e todos os aspectos sociais envolvidos direta e indiretamente, quer sejam empregos, tributos e renda.

Aspectos jurídicos também ganharam espaço, pois os textos das leis, MPs e projetos ferem a um sem número de artigos da Constituição Federal, principal-

mente no tocante ao direito adquirido, ao direito à propriedade, ao ato jurídico perfeito, ao transitado julgado, à restrição de uso ao legítimo proprietário, ao princípio da irretroatividade das leis, entre outros. Vale ressaltar que a Constituição Federal é absolutamente clara em relação ao estabelecimento da obrigação da preservação ambiental, que não deve recair apenas sobre o proprietário rural. (Ver destaque)

Em meados de 2004 a ABAG/RP firmou parceria com a Fapesp e com a Embrapa Monitoramento por Satélite, instituições de notório saber e excelência, e juntas começaram a desenvolver um trabalho de Mapeamento do Uso e Cobertura das Terras na Região de Ribeirão Preto: 37 mil km² que abrangem 86 municípios.

O produto principal desse trabalho foi a estruturação de um Sistema de Gestão Territorial capaz de dimensionar

a dinâmica espaço-temporal (1987/1988 e 2002/2003) do uso e ocupação das terras e dos impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes. Esse Sistema também pode simular cenários para subsidiar políticas públicas e seus efeitos para a região, nas áreas de agricultura, infra-estrutura e meio-ambiente.

O levantamento, feito com imagens do Satélite *Landsat*, em escala 1 para 250 mil, foi complementado pelo trabalho de 8 pesquisadores que percorreram toda a região e coletaram dados que foram cruzados com os obtidos via satélite e com os números oficiais de institutos estaduais de pesquisa.

Esse inédito levantamento deixa claro que o desenvolvimento do agronegócio pode ser acompanhado de preservação ambiental. E isso pode ser constatado na comparação entre os dois períodos estudados. A porcentagem de cobertura vegetal natural é maior em 2003 do que era em 1988. Isso reflete a importância já assimilada da necessidade de recomposição das áreas de preservação permanente, as APP's. As discordâncias aparecem quando da imposição da obrigatoriedade de recomposição da Reserva Legal.

No estado de São Paulo a ocupação das terras para fins agropecuários se deu há mais de um século, sem infringir nenhuma Lei, e já não existem áreas a serem "reservadas" nas porcentagens estabelecidas pela legislação posterior. Seria necessário desocupar áreas em franca produção, para nesses locais recompor florestas, sendo que não há garantias de efetividade dessa prática sob o ponto de vista de preservação ambiental, e os impactos sócio-econômicos seriam significativamente negativos. Todos os be-

nefícios ambientais atribuídos pelos ambientalistas de planalto à Reserva Legal são atributos das APP's, e não de pequenos topetes florestais desconexos espalhados indistintamente pelas propriedades afora. O Mapeamento de Uso e Cobertura das Terras da Região de Ribeirão Preto pode ser

acessado na *homepage*: www.abagrp.org.br. Esta é uma ferramenta que facilita a tomada de decisão com bases técnicas irrefutáveis, transparentes e desprovidas de paixões ou tendências.

Um trabalho como este, voltado tanto para o desenvolvimento rural quanto para o urbano, beneficia toda a sociedade. Por isso, quando os primeiros resultados surgiram os poderes executivos dos 86 municípios da região foram convidados a conhecê-lo: 53 municípios enviaram representantes, dos quais 33 eram os próprios titulares, os Prefeitos Municipais. O Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Antonio Duarte Nogueira Junior também foi convidado e compareceu para conhecer o trabalho.

Senadores e Deputados Federais, incluindo o relator do Projeto de Lei de Conversão da MP 2166, em visita à Agrishow Ribeirão Preto, em maio passado, conheceram detalhadamente o levantamento e seus objetivos, apresentados pelo pesquisador da Embrapa Dr. Evaristo Miranda. Durante a Feira o pesquisador também apresentou o trabalho ao Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues.

Posteriormente os resultados obtidos foram mostrados ao Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, José Goldemberg, e sua equipe de assessores. E na continuação da saga, o trabalho vem sendo apresentado em diversos fóruns, entre os quais associações, federações e organizações integrantes das cadeias produtivas do agronegócio, bem como para técnicos, juristas, desembargadores e, na



O deputado Moacir Micheletto comenta a apresentação do pesquisador Evaristo Miranda durante a Agrishow

última semana de agosto, para o Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin.

Não há quem não se surpreenda com os números. A área levantada na primeira fase corresponde a apenas 15% da área do Estado. A ABAG/RP, a FAPESP e a Embrapa Monitoramento por Satélite executam agora uma segunda etapa, ampliando a área mapeada para 51 mil km², 21% da área do Estado. Além de indicadores sócio-econômicos estão sendo levantados para toda essa extensão alguns indicadores ambientais, como a qualidade da água usada pela agropecuária e agroindústria, a conservação dos solos e a biodiversidade.

Os resultados, ainda que parciais, impressionam. Mais impressionantes serão, seguramente, os dados referentes a 100% da área do Estado, a próxima meta, já definida por um grande número de entidades do setor que já defendem a idéia em uníssono. O ideal seria estender estudos semelhantes, ou ainda o Zoneamento Ecológico Econômico para todo o País. Alguns estados da federação já estão com os ZEEs concluídos. A partir disso, as políticas públicas, principalmente as referentes à Legislação Ambiental, poderiam ser formuladas com mais lisura, clareza, objetividade e efetividade. O agronegócio, mola propulsora da economia desta gigante nação, poderia seguir com mais tranquilidade a sua vocação de gerar empregos, renda e divisas e a nobre missão de produzir alimentos, energia e fibras para uma população crescente, de modo sustentável.



Prefeitos da região de Ribeirão Preto durante a apresentação do mapeamento